Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de S. Catarina Class.: 472

Data 17 de outubro de 1981 Pg.:

190

D. José Gomes cético em relação às mudanças na política indígena

FLORIANOPOLIS (Sucursal) - A substituição do Coronel Nobre da Veiga na presidência da Funai não deverá provocar alterações na política do órgão, "o que significa que não se pode prever melhorias para os índios porque a orientação do Ministério do Interior é de diminuir as áreas indígenas", afirmou o presidente do Conselho Indigenista Missionário, Dom José Gomes. Para ele, "foi uma troca de comando de rotina no trabalho dos militares".

O Bispo de Chapecó apontou como prioridade a serem cumpridas pelo novo presidente, Coronel Paulo Moreira Leal, a demarcação das áreas indígenas, "das quais 50% ainda estão indefinidas", a defesa das áreas já demarcadas, assim como a imediata demarcação da região dos índios "Yanomay", em Roraima, e a concessão de terras aos índios expulsos de suas propriedades no Mato Grosso do Sul.

CACIQUE JURUNA

Dom José Gomes manifestou-se favorável à candidatura do Cacique Mário Juruna à Câmara Federal pelo PDT porque "independentemente da situação político-partidária, ele estará exercendo um direito de brasileiro embora o índio não tenha plena cidadania e poderá fazer muito pelos seus irmãos. Ele está apreensivo é quanto à votação que Mário Juruna poderá receber.

– Não sei até que ponto nossa sociedade irá aceitar um índio no Parlamento, principalmente levando-se em conta que sua cultura não é a mesma do civilizado alertou o bispo, observando que, no seu entender, Juruna possui conhecimentos suficientes sobre a questão indígena para bem representar seu povo no Parlamento.

Sílvio Coelho condena coronéis na Funai e o "Projeto da Indianidade"

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) - "Entendo que se uma pessoa está doente do coração deve procurar médicos cardiologistas". Assim reagiu o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos diante da substituição do Coronel Nobre da Veiga pelo Coronel Aviador Paulo Moreira Leal na presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), para onde ele defende uma pessoa que realmente entenda de índio e não só de segurança. Classificou, por outro lado, de improcedente o "Projeto da Indianidade", que estabelece caracteres que vão dizer se o índio continua ou não índio.

Segundo o antropólogo, a nomeação de um coronel ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) para presidir a Funai mostra claramente que o Ministério do Interior continua tratando o problema indígena como se fosse uma questão de segurança nacional.

Ao ver de Sílvio Coelho, a questão indígena é antes de tudo uma questão humana. Adverte que "o Estado brasileiro não pode fugir de suas responsabilidades para com as populações indígenas que querem simplesmente usar o direito de viver no seu território".

Ele também aproveitou para dar uma sugestão ao novo presidente da Funai. "Seria oportuno que convocasse uma reunião com os principais antropólogos do país para que pudesse ter uma idéia nítida do que pensam esses especialistas".

E complementou: "Afinal, entendo que se uma pessoa está doente do coração deve procurar médicos cardiologistas. Se o governo tem problema na área econômica deve consultar economistas. Da mesma forma, a questão indígena tem que ser tratada por quem efetivamente entende disso".

SER ÍNDIO: UM DIREITO

A Funai diz que "os indicadores de indianidade estão sendo elaborados para que se tenha instrumentos aprimorados em defesa dos índios. A intenção não é usá-los contra os índios, para lhes negar a identidade, pois nunca se pode negar a identidade indígena de Marcos Terena, por exemplo. Por mais que esteja aculturado, ele sempre será índio".

O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, a exemplo das antropólogas Eunice Durham (presidente da Associação Brasileira de Antropologia) e Lux Vidal (da USP), não pensa assim sobre o projeto da Funai.

Esse projeto fixando caracteres de individualidade para definir quem é índio, para Sílvio Coelho, "não tem nenhum suporte científico e, portanto, não pode ser levado a sério".

Isso, porque, na sua opinião, este projeto em nada contribui para a solução dos problemas dos índios. Ademais, assinala o antropólogo, "o projeto levanta questão que não tem nenhuma relevância".

EMANCIPAÇÃO

Tal projeto, pelo que Sílvio Coelho entendeu, recoloca a questão da emancipação do índio. "Na verdade, trata-se de uma falsa colocação da questão. A tutela a que os índios estão sujeitos tem de ser vista como um direito a mais que o indivíduo índio tem em relação ao cidadão comum".

A tutela em si, conforme diz Sílvio, não é negativa ou prejudicial para o índio. "Entretanto, ao ser colocada em prática pela Funai ele efetivamente tem sido interpretada de modo desvantajoso para os índios".

Logo, completa, "o que está errado, portanto, não é o estatuto jurídico da tutela e sim a prática indigenista da Funai. Está aí mais um problema para o novo presidente da Funai enfrentar com seriedade e disposição (...)".